

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022

Processo Licitatório nº: 2.456/2022


Processo de Impugnação nº: 12.565 /2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de material didático e expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME).

IMPUGNANTE: **OPORTUNE COMERCIAL LTDA - CNPJ Nº: 28.067.286/0001-41.**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **OPORTUNE COMERCIAL LTDA**, com fulcro no artigo 41, § 2º da Lei n.º 8.666/1993, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 079/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão. 

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

A) O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DEVERIA SER ALTERADO PARA 60 (SESSENTA DIAS)

Consta no Edital, em especial no item 10.14, a informação de que o prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da apresentação.

O prazo de validade das propostas deveria ser alterado para tão somente 60 (sessenta) dias, conforme art. 6º da Lei 10.520/02, considerando que para a fixação de outro prazo no Edital, a Administração deveria atender ao princípio da razoabilidade, de forma a não fixar prazo excessivo ou abusivo.

Estamos vivenciando um momento único no país e no mundo, em razão da pandemia mundial causada pelo Coronavírus, e, por consequência, o mercado financeiro e o câmbio vêm flutuando de forma extrema.

Trata-se de produtos de origem estrangeira, ou mesmo nacional, que têm os preços de suas matérias-primas vinculados à moeda americana dólar, cuja variação cambial vem em uma crescente sem precedentes.

A título de exemplo, os cadernos têm sua matéria-prima vinculada à celulose, que é uma commodity. A variação de preços é diária em razão da alta do dólar, sendo imprudente para o fornecedor firmar um preço que o obrigará por 90 (noventa) dias a assumir um fornecimento de mais 12 (doze) meses. Eis as razões para a alteração deste

Comissão de Pregão I

item do Edital, o que se requer seja acatada, garantindo assim, a ampliação na participação no certame.

B) O PRAZO DE ENTREGA DEVERIA SER ESTENDIDO PARA 60 (SESSENTA) DIAS ÚTEIS

Compulsando o Edital, verifica-se que no Anexo I, em seu item 6.1, consta que o fornecimento dar-se-á em 20 (vinte) dias, após o recebimento da Nota de Empenho.

Trata-se de itens personalizados, cujo prazo previsto para entrega não poderia ser mantido no momento atual de pandemia e instabilidade industrial, sendo penoso e arriscado ao licitante, que poderia ser penalizado por eventual entrega com atraso.

Tal alteração se faria necessária em razão da falta de matéria-prima no mercado, tal como embalagem, plástico e papel. Assim, deveria o Ente Público se adequar às novas circunstâncias já experimentadas pelo mercado, devendo ser estendido o prazo de entrega.

Assim, a impugnante solicita que seja alterado o prazo de entrega para 60 (sessenta) dias úteis, que se mostraria mais razoável.

C) O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DEVERIA SER INFORMADO NO EDITAL

A impugnante alega que não há titulação ou capitulação própria no tocante à apresentação de amostras no Edital. *LM*

Compulsando o Anexo I, observou-se que consta a seguinte informação:

"Não há necessidade de apresentação de objetos personalizados na apresentação de amostras, sendo disponibilizada a arte para a empresa vencedora ao final do certame."

Porém, não seria informado pelo Edital e seus Anexos, o prazo para apresentação das amostras, mesmo sem personalização.

Comissão de Pregão I

Assim, deveria ser previamente informado o prazo a ser concedido, devendo este ser razoável. A empresa sugere 15 (quinze) dias úteis para a apresentação das amostras, pois a exigência de apresentação em prazo inferior, oneraria em muito o participante, que, independentemente de saber se será o vencedor, teria que preparar as amostras, o que, certamente, diminuiria a competitividade e participação de empresas na licitação em questão, vedando a participação de empresas de outros estados, principalmente.

D) HAVERIA DIVERGÊNCIA NAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL E DA RELAÇÃO DE ITENS EXISTENTE NO COMPRASNET.

Tal divergência poderia levar o licitante a erro, devendo o Sr. Pregoeiro se manifestar. Em que pese a divergência, ambas as especificações estariam ferindo a Norma Técnica que regula os produtos.

E) PARA VÁRIOS ITENS HAVERIA EXIGÊNCIAS POUCO USUAIS, QUE DIFICULTARIAM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES E DIMINUIRIAM O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Diante de todo o exposto, requer o provimento da presente Impugnação, para que esse órgão licitante modifique as especificações dos itens aqui apontados, em especial aos Cadernos, vez que direcionariam a licitação para algumas poucas marcas, e ainda, impediria a participação de licitantes em razão da não disponibilidade no mercado, e existência de apenas poucos fabricantes, bem como seja reformulado o Edital no tocante aos pontos ora impugnados, para que assim, outros fornecedores possam participar, por ser tal medida de mais inteira e lúdima Justiça, restabelecendo a igualdade entre os licitantes.

Rin



IV. DO MÉRITO

Comissão de Pregão I

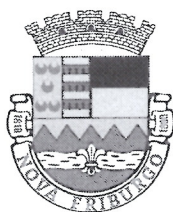
Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 27.2 do edital.

Ressalvamos que quanto à alegação da impugnante de que a divergência nas especificações dos materiais constantes no anexo I do edital e da relação de itens existente no Compras SIASG poderia levar o licitante a erro, informamos que deverá prevalecer a descrita no edital, conforme dispõe o item 2.3 do referido documento.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 19 de maio de 2022 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 17 de maio de 2022.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 12565
DATA: / / FOLHA: 28
SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

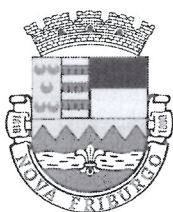
Nova Friburgo, 18 de maio de 2022.

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Município,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta a impugnação da empresa Oportune Comercial LTDA, referente ao edital nº079/2022, objeto Aquisição de material didático e expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME), referente ao processo nº 2456/2022.

Inicialmente, a Secretaria Municipal de Educação vem se pronunciar sobre as respostas solicitadas, correspondente aos itens abaixo discriminados e após encaminhar o presente processo administrativo para apreciação quanto a sua legalidade pela douta Procuradoria:

- Item A): No que pertine ao item informamos que o prazo de validade das propostas é de 60 dias, se outro não estiver estipulado no edital, conforme art. 6º da Lei 10.520/02. Contudo a Secretaria Municipal de Educação optou pelo prazo de 90 dias, previsto no edital e Termo de Referência atendendo ao princípio da razoabilidade, garantindo que o prazo não é excessivo ou abusivo, o que ora requer a análise quanto a sua legalidade por esta douta Procuradoria.
- Item B): em relação ao item informamos que a presente aquisição versa manter em estoque no Almoxarifado da Educação de material escolar e expediente, que serão utilizados nos anseios das atividades escolares da rede municipal de educação e nos diversos setores da Secretaria de Educação em 2022/2023 e que para atender todas as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação, diante do estoque atual o prazo deve ser mantido em 20 (vinte) dias.
- Item C): no que tange ao item a Secretaria Municipal de Educação previu no Termo de Referência item 6 e seus subitens os critérios de aceitação dos bens a serem adquiridos, diante do exposto dispensa a apresentação de amostras.
- Item D): acata na íntegra a resposta da Comissão de Pregão quanto a divergência nas especificações dos materiais constantes do anexo I e edital e a dos itens no Compras SIASG, informando que deverá prevalecer a descrita no edital, conforme dispõe o item 2.3 do referido documento;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Protocolo: 12565
Data: ____/____/____ FL: 29
**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO**

- No que tange ao item da especificação dos materiais a Secretaria Municipal de Educação optou pela aquisição de itens sustentáveis nos últimos 05 anos, informando que o procedimento realizado tem como finalidade reduzir os impactos ao meio ambiente decorrentes das aquisições, desta forma, tendo em vista o atual momento de crescimento tecnológico e demográfico a adoção de critérios sustentáveis só trará benefícios ao meio ambiente e a referida contratação, e não causará qualquer impeditivo na ampla participação de empresas no certame, uma vez que diversas empresas já se encontram adequadas no âmbito da sustentabilidade;
- Em relação às demais especificidades questionadas pela empresa impugnante dos itens, esclarecemos que a Secretaria Municipal de Educação, em todos os certames opta por materiais de primeira qualidade, para atendimento dos mais de 18(dezoito) mil alunos matriculados na rede, primando pela ampla participação de empresas do ramo e sempre em observância às exigências previstas.

Diante do exposto encaminhamos os autos a Douta Procuradoria Geral do Município para análise quanto legalidade do pedido de impugnação em tela, esclarecendo que a Secretaria Municipal de Educação esclareceu aos questionamentos técnicos do referido pedido de impugnação.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Carlos Veiga da Rocha

Subsecretário Administrativo

Mat.990256



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



PROCESSO Nº 72565
DATA 23 / 5 / 22
FOLHAS Nº 30 RUBRICA 9

Processo: 12565/2022

Requerente: Oportune Comercial Eireli

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 079 de 2022 - Processo Licitatório n. 2456/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Oportune Comercial Eireli* em 16 de maio de 2022 acerca do Pregão Eletrônico n. 1079 de 2022 - Processo Licitatório n. 2456/2022, que tem por objeto a aquisição de material didático e de expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Em sua, a empresa afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, em seu item 10.14 estabelece que o prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas, alegando que o prazo de validade da proposta deve ser de 60 (sessenta) dias, conforme art. 6º da Lei 10.520/02; item 6.1 do Anexo I, que estabelece prazo de 20 (vinte) dias para o fornecimento após o recebimento da Nota de Empenho, requerendo a alteração para 60 (sessenta) dias; a ausência de informação do prazo para amostras no edital; existência de divergência nas especificações dos materiais constantes no Anexo I e da relação de itens existentes no ComprasNet, com a exigência de especificações especiais que dificultam a participação das licitantes e diminuem o caráter competitivo do certame; a inexistência de obrigatoriedade de certificação para o item caderno, dando azo à dúvida acerca da redação do item.

A Comissão de Pregão I, às fls. 23/27, recebeu a impugnação, eis que tempestiva e, no mérito, quanto à impugnação de divergência nas especificações dos materiais constantes no Anexo I do Edital e na relação de itens existentes no Compras SIASG, informou que deverá prevalecer a descrita no edital, conforme dispõe o item 2.3 do instrumento editalício, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Educação para manifestação de ordem técnica, na forma do que dispõe o item 2.3.

Às fls. 28/29 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Educação acerca da impugnação, respondendo os itens da seguinte forma:

Item A (em relação ao item 10.14, que estabelece que o prazo de validade da proposta comercial será de 90 dias), o prazo de validade das propostas é de 60 (sessenta) dias se outro não for estipulado no edital, conforme art. 6º da Lei 10.520/02, tendo a Secretaria optado pelo prazo de 90 (noventa) dias atendendo ao princípio da razoabilidade, garantindo que o prazo não é excessivo ou abusivo, requerendo análise desta Procuradoria.

Item B (em relação ao item 6.1 do Anexo I, que estabelece prazo de 20 (vinte) dias para o fornecimento): para atender todas as necessidades da Secretaria, diante do estoque atual, o prazo deve ser mantido em 20 (vinte) dias.



Item C (em relação a ausência de informação do prazo para amostras no edital): a Secretaria previu no item 6 e seus subitens do termo de referência os critérios de aceitação dos bens a serem adquiridos, dispensando a apresentação de amostras.

Item D (existência de divergência nas especificações dos materiais constantes no Anexo I e da relação de itens existentes no ComprasNet): acata na íntegra a resposta da Comissão de Pregão I, devendo prevalecer a regra descrita no edital, conforme dispõe o item 2.3 do referido documento.

No que tange à alegação de exigência de especificações especiais que dificultam a participação das licitantes e diminuem o caráter competitivo do certame, a Secretaria Municipal de Educação afirmou que optou pela aquisição de itens sustentáveis nos últimos 05 anos e que o procedimento realizado tem como finalidade reduzir os impactos ao meio ambiente decorrentes das aquisições, bem como que a adoção de critérios sustentáveis não causará impeditivo na ampla participação de empresas no certame, uma vez que diversas empresas já se encontram adequadas no âmbito da sustentabilidade. Afirma, ainda, que quanto às demais especificidades questionadas pela impugnante, a Secretaria em todos os certames opta por materiais de primeira qualidade para atendimento de mais de 18 mil alunos matriculados na rede, primando pela ampla participação de empresas do ramo e sempre em observância às regras previstas.

Por fim, encaminhou o procedimento a esta Procuradoria para análise da legalidade do pedido de impugnação, afirmando terem sido respondidos os questionamentos técnicos.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 16/05/2022 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 19/05/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Inicialmente, verifica-se que, com exceção do questionamento acerca do prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, somente foram impugnadas as exigências técnicas contidas no edital.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, **cabe à Secretaria de Educação sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria**, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.



Além disso, conforme previsto nos itens 27.2 e 27.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Conforme narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Educação, às fls. 28/29, respondeu os itens impugnados. Portanto, tendo sido apresentados os esclarecimentos técnicos quanto aos itens impugnados, não cabe a esta especializada jurídica qualquer análise.

Verifica-se, no entanto, que a Secretaria Municipal de Educação não respondeu a impugnação acerca da inexistência de obrigatoriedade de certificação para o item caderno, requerendo a impugnante esclarecimento sobre se a certificação pretendida é do miolo ou do produto, na forma de fls. 10/11.

No mais, quanto à impugnação acerca do prazo de validade da proposta, não assiste razão à empresa impugnante.

Como sabido, o prazo de validade das propostas não se confunde com a necessidade de revisão dos preços com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Diferentemente do que fixa a Lei de Licitações, no pregão a validade inicial das propostas pode ser fixada para período acima de sessenta dias, conforme estabelece o art. 6º da Lei 10.520/02:

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Portanto, a própria lei prevê expressamente que outro prazo de validade da proposta pode ser fixado no edital.

Assim, o licitante que sagrar-se vencedor terá obrigatoriamente que honrar sua proposta pelo prazo fixado no edital, sem ter direito ao reajuste, **ressalvado, em todo caso, o direito à revisão a qualquer tempo, caso comprovadamente ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato** nos termos do art. 65, II, d, da Lei n. 8.666/93:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem

ls. 3



fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

Portanto, diferentemente do que fixa a lei de licitações, no pregão a validade inicial das propostas pode ser fixada para período acima de sessenta dias.

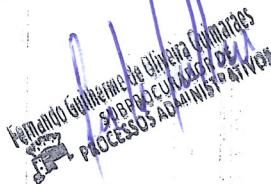
Por todo o exposto, opina-se pelo retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Educação para se manifestar quanto à alegação de inexistência de obrigatoriedade de certificação para o item caderno, na forma da impugnação (fls. 10/11) e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final acerca da impugnação, na forma do item 27.2 do edital, com a adoção de providências de sua competência.

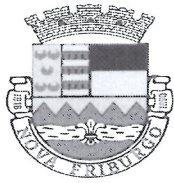
Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 12565/22

DATA: / / FLS: 34

RUBRICA: P.

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

Nova Friburgo, 25 de maio de 2022.

À Comissão de Pregão,

Cumprimentando-o cordialmente, e no intuito de complementar a resposta conforme solicitado pela Procuradoria Geral do Município às fls. 30/33, no que tange a obrigatoriedade de certificação, a mesma será do produto.

Cabe informar que obter uma certificação ambiental, consiste em desenvolver práticas que proporcionam a proteção do meio ambiente. Isto é, realizar ações que melhorem a reputação da empresa, colocando-a em um lugar competitivo no mercado. Além de visar à redução de desperdícios, otimização de recursos naturais e conseqüentemente gerar baixo custo para o negócio.

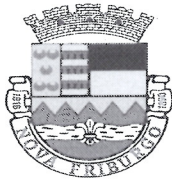
A certificação ambiental consiste num investimento que é muito bem visto pelo mercado, que valoriza cada vez mais as empresas que se preocupam com as causas ambientais e que enxergam as oportunidades e ameaças que o meio ambiente apresenta. Sua implementação deve ser buscada por empresas que queiram estar seguras das políticas ambientais praticadas, demonstrar comprometimento com práticas sustentáveis ou estabelecer um sistema de gestão ambiental.

Entre as vantagens de possuir a certificação destacam-se:

- fortalecimento do conceito de sustentabilidade;
- melhoria da imagem da empresa;
- possibilidade de realizar exportações: o mercado internacional cada vez mais passa a exigir certificações como a ISO 14001, CERFLOR, FSC, PEFC, etc.. para que as organizações possam participar de concorrências ou exportar;
- evita multas e passivos ambientais que são capazes de inviabilizar o negócio;
- acesso a financiamentos a juros mais baixos: um exemplo de projeto que poderia utilizar esse tipo de financiamento seria para implantação do aquecimento solar na empresa.

A obtenção da certificação ambiental muda a organização como um todo. Do ponto de vista financeiro é benéfico, pois significa uma economia a médio e longo prazo. O foco em ações que contribuem para um planeta melhor resulta em uma preocupação com o desperdício de recursos e exige uma busca constante por fontes alternativas de energia.

Além disso, é um passo importante para as empresas que buscam o desenvolvimento sustentável, convergindo seus interesses técnicos, econômicos e comerciais à redução dos impactos ambientais causados por suas atividades. Alcançando, assim, seu principal objetivo que é promover o equilíbrio entre a proteção ambiental e as necessidades socioeconômicas.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 12565/22

DATA: / / FLS: 35

RUBRICA:

**S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O**

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Carlos Veiga da Rocha
Subsecretário Administrativo
Secretaria Municipal de Educação
Mat.990256